



Por uma abordagem sócio-histórica no ensino de língua portuguesa: breves considerações

For a social-historical approach in teaching Portuguese language: brief considerations.

Diogo de Campos Alves*

Vanessa Regina Duarte Xavier**

RESUMO Trabalhar com o ensino de Língua Portuguesa (LP) significa pensar na formação integral do ser humano, uma vez que este está relacionado a aspectos históricos, sociais etc. Por conseguinte, é imprescindível a abordagem dos aspectos extralinguísticos da língua tanto no ensino básico quanto na formação do docente de LP. Em vista disso, esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem da língua através das contribuições dos estudos da Linguística Histórica e da Sociolinguística, os quais preconizam a língua como objeto dinâmico, variável e heterogêneo, pois consideramos que a ausência dos conteúdos sócio-históricos da língua ocasiona a perpetuação da discriminação linguística no ambiente escolar, assim como na sociedade de modo geral. Para tanto, nosso *corpus* se constituiu de um livro didático destinado ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, bem como dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Letras Português e Letras Português e Inglês da UFG-RC, com o intuito de observar como neles está sendo proposto o ensino de língua(gem).

ABSTRACT: Working with the teaching of Portuguese language (LP) means thinking in the integral formation of the human being, which it's related to historical, social aspects etc. Therefore, it's essential the approach of the extralinguistic aspects of the language in the basic education as well as in the teacher training of LP. In addition, this study aims to analyze the teaching-training process of the language through the contributions of the studies from Historic Linguistics and Sociolinguistics, which advocate the language as dynamic, variable and heterogeneous object, because we believe that the absence of socio-historical of the language leads the perpetuation of the linguistic discrimination in the school environment as well as in the society. For this purpose, our *corpus* is formed of a textbook from the eighth grade of elementary school, and the Educational Project of the courses (PPCs) of Letters Portuguese and Letters Portuguese and English, in order to observe how is being proposed the teaching of LP. For achieving our goal, we based on Ilari and Basso (2014) and Silva

* Mestrando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Bolsista CAPES. diogocaalves@gmail.com

** Profª Adjunta da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. vrDXavier@gmail.com

Com vistas a atingir o nosso objetivo, baseamo-nos em Ilari e Basso (2014) e Silva (2008) para abordar brevemente a história da língua portuguesa, e, a respeito da teoria da mudança e da variação linguística, usamos, respectivamente, Coseriu (2000), Labov (2008), Faraco (2005), Tarallo (1979). Para a análise do livro didático, nos baseamos no PNLD (Brasil, 2017), em Dionisio (2005), Salzano (2004) e Silveira *et al.* (2016). Além disso, fizemos uma reflexão breve acerca dos PPCs, à luz de Barros (1997), Coelho (2005), Monteiro (2012) e Mattos e Silva (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Língua Portuguesa. Livro didático. Perspectiva sócio-histórica.

(2008) to discuss briefly the history of the Portuguese language and about the theory of language variation and changing, we used Coseriu (2000), Labov (2008), Faraco (2005), Tarallo (1979). For the analyses of the textbook, we rely on the PNLD (Brazil, 2017), Dionisio (2005), Salzano (2004) and Silveira *et al.* (2016). In addition, we made a brief reflection about the PPCs Barros (1997), Coelho (2005), Monteiro (2012) and Mattos e Silva (2008).

KEYWORDS: Teaching. Portuguese language. Text book. Socio-historical perspective.

1. Introdução

A língua portuguesa, assim como qualquer outra língua histórica, constitui-se e altera a sua parte estrutural de forma gradual, lenta e regular ao longo do tempo, de acordo com Faraco (2005), ou seja, as línguas não são estáticas e suas variações são motivadas por vários fatores, tanto internos quanto externos a elas. Dessa maneira, para contribuir com a difusão dessa perspectiva de língua(gem), ou seja, que varia de acordo com o tempo, o espaço, dentre outros elementos, estudos das áreas da Sociolinguística e Linguística Histórica atuam na desconstrução da ideia de homogeneidade linguística, a qual, contudo, ainda se faz presente em materiais didáticos voltados para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

À vista disso, este artigo intenta analisar os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos Cursos de Letras de Português/Inglês e Português da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, e também o livro didático “Português Linguagens”, dos autores Cereja e Magalhães (2015), destinado ao oitavo ano do Ensino Fundamental II,

usado em uma escola estadual da cidade de Catalão – Goiás no ano de 2017, os quais constituem o nosso *corpus*.¹

A escolha deste material de investigação baseia-se primeiramente na organização dos PPCs a partir das disciplinas voltadas aos estudos diacrônicos e sociolinguísticos, nos cursos mencionados, sendo um deles o curso de graduação do autor deste trabalho. Optamos também por focalizar o livro didático – objeto profícuo para o ensino e auxílio efetivamente usado pelo docente na sala de aula, de modo geral –, do oitavo ano do ensino fundamental II, uma vez que faz parte da área de atuação do profissional de Letras. Além disso, acreditamos que os alunos desse nível já possuem uma consciência sobre o que é língua.

Nota-se, ainda, um desconhecimento de estudos, na sociedade em geral, a respeito das contribuições dessas duas vertentes teóricas para o ensino de LP, especialmente os voltados para a correlação entre a formação docente e o material didático, porque, em nossa concepção, a ausência desses conteúdos resulta em concepções equivocadas sobre a língua(gem), o que faz prevalecerem as ideologias do policiamento gramatical e do prescritivismo linguístico no âmbito escolar.

Assim, a partir de políticas de normatização linguística no Brasil, a exemplo da Reforma Pombalina, a qual instituiu a língua portuguesa como oficial, e por outro lado proibiu o uso das línguas gerais no território brasileiro (MATTOS E SILVA, 2008), criou-se um senso comum no Brasil de que existe uma única norma correta, ou seja, a dita padrão ou culta², associada à variedade europeia da língua. Com isso, difundiu-

¹ O *corpus* desta investigação limitou-se a um único livro didático de língua portuguesa por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido no decorrer de um semestre. A comparação com os PPCs dos cursos de uma instituição específica correlaciona-se com o ensejo de contribuir com a reformulação destes documentos, tendo em vista uma formação docente mais eficaz. Crê-se ainda que tal estudo também possibilite reflexões desta natureza na reelaboração de instrumentos de mesmo teor em outras instituições superiores.

² Os termos usados não são os mais apropriados por estarem impregnados de juízos de valores que, por sua vez, hierarquizam os usos linguísticos. Contudo, utilizaremos esses vocábulos ao longo do trabalho para nos referirmos à variante linguística prestigiada socialmente na variedade brasileira da língua portuguesa.

se a crença em um idioma unitário e homogêneo, desconsiderando-se os reflexos que ele possui de uma sociedade brasileira miscigenada, de origem indígena, africana, portuguesa etc., o que fomenta, até os dias atuais, a produção de estereótipos sobre falares de falantes que destoam da norma portuguesa, acarretando preconceitos linguísticos.

Muitas vezes, percebe-se que a escola constitui-se como o principal ambiente que perpetua essa estigmatização das normas não institucionalizadas da língua, sendo o ensino de LP constituído geralmente pelas árduas aulas de gramática prescritiva sem a contextualização necessária para um processo de ensino-aprendizagem eficaz. Além disso, há outras barreiras que impedem um ensino mais efetivo da língua, como a formação do professor de LP, uma vez que faz-se necessário que o docente tenha plena ciência da concepção de língua(gem) que norteia a sua práxis na sala de aula. Não se pode deixar de mencionar também o papel da mídia na criação e/ou propagação de polêmicas em torno do estudo de variações linguísticas na escola, bem como as políticas públicas de ensino que visam somente ao ensino da norma padrão, desprezando-se as demais ou atribuindo-lhes menor valor.

Em vista disso, constitui nosso intuito verificar se os PPCs dos Cursos de Letras e o livro didático destinado ao oitavo ano do ensino fundamental, aqui elencados como material de análise, abordam aspectos sócio-históricos da Língua Portuguesa, de modo a observarmos se ainda tem-se priorizado apenas o ensino prescritivo e/ou proscritivo da língua(gem).

Sendo assim, iniciamos a discussão com uma breve contextualização sobre a história da língua portuguesa, para compreender como o idioma sofreu influências extralinguísticas, apoiando-nos em Ilari e Basso (2014) e Silva (2008), articulando-a com a teoria da mudança linguística de Faraco (2005) e da variação linguística a partir de Bagno (2007). Trazemos também a noção do termo norma padrão, à luz de Coelho (2005), Faraco (2005) e Pagotto (1999). Em seguida, abordamos sobre a variação

linguística no livro didático, embasando-nos no PNLD Brasil (2017), Dionísio (2005), Salzano (2004) e Silveira *et al* (2016).

Ao analisar os PPCs dos cursos retrorreferidos, utilizamos como aparato teórico os textos de Barros (1997), Coelho (2005), Monteiro (2012), Mattos e Silva (2008) dentre outros, para falar rapidamente sobre as vertentes teóricas na formação de professores de português. A partir destas reflexões teóricas, bem como das análises dos materiais em estudo anteriormente mencionados, pretendemos contribuir com ponderações mais efetivas a respeito do ensino-aprendizagem de LP.

2. Pressupostos teóricos

Sabe-se que a língua portuguesa não nasceu no Brasil, mas foi implantada no continente sul-americano através da colonização portuguesa, que começa, oficialmente, a partir do “descobrimento” por Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, sendo ela derivada do latim, língua falada principalmente no centro da Roma antiga por volta de 753 a.C, que, por sua vez, se origina do ramo itálico, uma das subdivisões do indo-europeu ocidental, segundo Ilari e Basso (2014). O latim possuía duas variedades principais, respectivamente uma clássica e outra vulgar. Porém, a língua portuguesa, assim como o italiano, o espanhol, o francês e as demais línguas românicas, foram originadas do latim vulgar, o qual podemos dizer, segundo o mesmo autor, que consiste em uma variedade vernácula deste idioma.

A palavra vernáculo caracteriza um modo de utilizar uma língua de forma espontânea, ou seja, em um ambiente fora da escola e de outros ambientes institucionais. Dessa maneira, essa variação vernacular do latim, eminentemente falada, considerada popular, formou as línguas latinas por consequência de fatores externos à língua, como a expansão e declínio do império romano, com os ganhos e as perdas de terras, tendo sofrido inúmeras influências linguísticas, sobretudo no nível

lexical, o que, segundo Silva (2008), desencadeou o surgimento de línguas diversas irmanadas por laços de romanidade.

A respeito disso, a língua portuguesa na variante brasileira percorreu um longo caminho durante sua constituição, a partir do contato com as línguas indígenas e africanas, em consequência, por exemplo, do tráfico de escravos. A partir desse contato linguístico, observamos hoje a diversidade do português brasileiro (PB), abarcando uma gama de variações existentes nos falares da população.

Assim, observamos que o estudo da história de uma língua engloba diversos aspectos internos e externos, uma vez que implica o conhecimento do funcionamento da evolução e das transformações de fenômenos linguísticos, por exemplo, questões fonéticas e fonológicas, e, também, extralinguísticas, em razão de fatos sociais e políticos. Percebemos, assim, que essas modificações ocorrem em qualquer língua do mundo, desenvolvendo variações que se inserem mais rapidamente na fala, e que podem até mesmo atingir a escrita.

Posto isso, notamos que a LP muda com o passar do tempo. No entanto, para Faraco (2005), apesar dessas mudanças e variações contínuas, ela nunca perde seu caráter sistêmico, ou seja, a língua modifica-se, mas continua bem organizada, oferecendo os recursos necessários para uma comunicação eficaz.

Devemos ter em mente que essas variações na língua não implicam mudanças, mas toda mudança sempre pressupõe e implica variação (TARALLO, 2000). Dessa maneira, “a língua muda justamente por que *não está feita*, mas, faz se continuamente pela atividade linguística [...] muda porque é falada”. (COSERIU, 1979, p. 63, grifos do autor). Para esse mesmo o autor, a mutabilidade é característica essencial e necessária da língua, resultado da fala cotidiana, já que a língua está a disposição dos sujeitos para a liberdade expressiva e criadora. O autor afirma, ainda, que tal liberdade se realiza necessariamente num quadro de determinações históricas constituído pela

língua” (COSERIU, 1979, p. 64). Ou seja, as variações não afetam todas as partes da língua e não impedem uma comunicação eficaz.

Nesse sentido, Labov (2008) elucida que a uniformidade como princípio geral da mudança linguística. Em outras palavras, as influências que alteram a língua no presente são induzidas pelos os mesmo fatores que modificaram a mesma no passado.

Muitas vezes, essas modificações não são notadas pelos falantes, que possuem uma sensação mais de permanência do que de mudança. Alguns fatores ajudam nessa idealização da língua como algo estático, dentre elas o fato de que as mudanças se dão de forma lenta e parcial, de acordo com Faraco (2005). Outro fator é que a escola e os compêndios gramaticais difundem um padrão de língua cultivado por letrados, o que, para o mesmo autor, funcionam como refreadores temporários de mudanças, contribuindo com uma imagem equivocada dos conceitos de língua e norma.

Contudo, há situações em que os falantes observam essas variações e mudanças. falantes de diferentes faixas etárias conversam entre si, no momento em que são expostos a textos escritos muito antigos em sua língua, na interação com falantes de classes sociais sem acesso à cultura da escrita, ou que possuem pouco acesso ao ambiente escolar.

Assim, evidenciamos que as transformações possuem características específicas, as quais não modificam a comunicação eficaz da língua. Apesar dessas mudanças e variações, cabe lembrar que as línguas que conhecemos hoje, ao longo de sua constituição histórica, passaram por um processo de standardização, ou seja, assumem um modelo definido, portanto uma norma padrão. Faraco (2008), debate sobre o conceito de norma, o qual foi reformulado pelo linguista Eugenio Coseriu no início da década de 1950, desenvolvendo assim uma perspectiva tricotômica (sistema, norma e fala), na qual, nas palavras de Coelho (2005), a língua é vista como sistema abstrato-formal, a fala como atividade individual e a norma

[...] seria a língua enquanto instituição sócio-cultural, geográfica e socialmente marcada, com força coerciva, resultando em usos e hábitos linguísticos padronizados e aceitos por uma comunidade ou grupo, e circunscritos a essa comunidade ou grupo restrito – sua explicação enraíza-se na formação e desenvolvimento histórico-culturais da comunidade que a produziu e que a representa (COELHO, 2005, p. 70).

Desse modo, podemos conceber a norma como um conjunto de fenômenos linguísticos comuns e habituais em uma determinada comunidade de fala que são permeados de valores socioculturais. Observamos, então, que a língua admite vários usos ditos normais, não existindo apenas um padrão normal, e se partirmos de qualquer pressuposto teórico sobre o estudo das normas, gerativista ou variacionista, entramos em um consenso de que não há normas sem organização, assim, toda e qualquer variação constitutiva de uma língua é dotada de regras (FARACO, 2008).

Voltando para o assunto da normatização da língua, constatamos que, ao longo da história da LP, desenvolveu-se uma padronização, elegendo-se uma norma-padrão que, segundo Bagno (2007), é um produto cultural, um modelo artificial de língua, criado para neutralizar os efeitos das variações e mudanças da língua, sendo um estímulo para a uniformização da LP.

Dessa maneira, para intensificar o uso dessa norma-padrão, a escola, muitas vezes, não abre espaço para discussões sobre as mudanças linguísticas, bem como sobre as variações ocorrentes na fala dos alunos, as quais são um desafio para os estudos da Sociolinguística, sendo o seu objeto de estudo conhecer a realidade plural das normas e variedades em convivência. No entanto, quando as variações linguísticas constituem uma temática curricular, são geralmente estereotipadas, possuindo cunho preconceituoso o seu ensino.

Visto que esses ambientes institucionais visam somente ao ensino da norma padrão que, segundo Coelho (2005), é associada, por muitos, a uma norma culta – utilizada nos meios intelectuais –, o resultado é a construção imaginária de língua homogênea, usada por letrados, fora do uso corriqueiro de muitos alunos. Desse

modo, desconsidera-se, pois, a fala do aluno, ou seja, a sua norma linguística, que muitas vezes é considerada como um conjunto de “erros de português”. Bortoni-Ricardo (2004) alude que os chamados “erros” são simplesmente diferenças em relação à norma padrão da língua, ou seja, são variantes usadas pelos alunos no domínio dos seus lares ou pelos grupos com que mais frequentemente eles convivem no dia a dia, onde predomina a oralidade.

Ao lembrarmos da política pombalina de imposição do uso da língua portuguesa, nas instituições e documentos oficiais no século XVIII, e de proibição do uso da língua geral no Brasil, que por sua vez extinguiu tribos indígenas e conseqüentemente suas línguas, observamos uma construção da ideologia burguesa de língua homogênea, a qual se perpetua no ensino atual da língua materna que segue ríspidamente a norma-padrão instituída pelos compêndios gramaticais. Por conseguinte, levar essa concepção de língua(gem) regressista, elitizada e homogênea para o ensino é um dos motivos do distanciamento real do funcionamento da língua, é um dos fatores para a perda da identidade cultural e linguística pelos alunos, como alude Bagno (2007), uma vez que essa concepção de língua emanada das gramáticas³, a qual se importa somente com a escrita normativa, causa a descontextualização da língua portuguesa diante da cultura histórica e social dos falantes, aspectos indissociáveis para o estudo de qualquer língua.

Dessa maneira, pensar na importância dos estudos da linguística histórica e da sociolinguística na formação dos professores, bem como no ensino de LP através dos livros didáticos, os quais geralmente são o guia dos professores na sala de aula, é fundamental para um ensino/aprendizagem eficaz e amplo da LP, pelo qual se compreenda a língua como um todo (MONTEIRO, 2012), ou seja, como um fenômeno

³ Deve-se destacar que há gramáticas que abordam concepções diversas de língua. Supomos, portanto, que Bagno (2007) esteja referindo-se à gramática normativa, pois prescreve uma língua fora do uso real em situações de comunicação, concentrando-se sobretudo em regras gramaticais descontextualizadas.

variável interna e externamente ao longo da sua história. Assim, o reconhecimento de que o uso da língua muda em diferentes contextos é capaz de auxiliar o professor a proporcionar um ensino mais eficiente da LP, considerada em seu caráter multifacetado.

É nesse sentido que percebemos as contribuições desses estudos na formação do professor de língua portuguesa, pois lhe conferem uma competência diversificada em sua prática de ensino. Barros (1997, p. 82) aborda que os estudos diacrônicos da língua “[...] implica[m] não apenas saber o que é variação mas também ter consciência do carácter não motivado, do ponto de vista linguístico, quer dos fenômenos de atribuição de prestígio às diferentes variedades quer do carácter accidental da situação geográfica das mesmas.” Por conseguinte, o conhecimento aprofundado acerca dos fenômenos de variação e mudança linguísticas implicará repercussões positivas nas suas atitudes perante as produções orais e escritas dos alunos, bem como uma posição crítica a respeito da concepção de língua(gem) presente nos materiais didáticos propostos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD).

3. O professor de LP e os embates entre o guia de livros didáticos do PNLD 2017 e os discursos midiáticos diante das variações linguísticas

O Guia de Livros Didáticos do PNLD de 2016, o qual norteia a escolha de LDs para os professores durante os anos de 2017, 2018 e 2019, juntamente com outros documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, apresenta critérios e objetivos específicos para o ensino de Língua Portuguesa nos últimos quatro anos do Ensino Fundamental, os quais se atentam às demandas de comunicação e/ou de conhecimentos linguísticos dos alunos.

A variação linguística aparece como um dos pontos principais do Guia, que estabelece como objetivo do ensino de LP garantir ao aluno “o desenvolvimento da compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de

expressão linguística” (BRASIL, 2016, p. 18). Ainda segundo o Guia, cabe ao LD “**valorizar e efetivamente trabalhar a variação** e a heterogeneidade linguísticas, situando, nesse contexto sociolinguístico, o ensino das normas urbanas de prestígio.” (BRASIL, 2016, p. 20, grifos nossos). A partir da leitura do Guia, notamos que explicitamente não se trata apenas de uma simples abordagem do fenômeno da variação linguística, mas que deve haver a criação de discussões em defesa da sua valorização. Porém, ao abordar a questão da variação, o PNLD enfatiza constantemente que o aluno deve dominar e seguir com rigidez as “normas urbanas de prestígio”.

Apesar do avanço das pesquisas da Sociolinguística presentes no PNLD, há barreiras que comprometem a implementação efetiva destas nos LDs, a exemplo do discurso midiático. Uma polêmica recente da mídia – a do livro didático “Por uma Vida Melhor”⁴–, envolveu linguistas que foram acusados de apologia aos erros gramaticais nos materiais didáticos, o que resultou em um conjunto de reportagens veiculadas nas maiores empresas jornalísticas, com grande credibilidade na sociedade, que atacavam através do discurso do senso comum o trabalho e a ética dos linguistas defensores das variações linguísticas, vinculando-os a uma ideologia educacional esquerdista (SILVEIRA *et al.*, 2016).

Dessa maneira, tendo em vista os parâmetros dos documentos oficiais e a polêmica sobre o ensino da variação linguística nos LDs, é importante ressaltar que a escolha do material didático feita pelos professores e pela escola, na maioria das vezes, não possui embasamento científico (SALZANO, 2004). Posto isso, é imprescindível o posicionamento crítico do professor diante dos LDs elencados pelo Guia, bem como das informações que circulam na mídia e que são reforçadas pela sociedade em geral,

⁴ Em 2011, foi publicado o livro “Por uma Vida Melhor” da coleção “Viver, Aprender”, distribuído pelo MEC, o qual gerou uma enorme repercussão na mídia de que “o livro ensina errado”, pois contém nas páginas exemplos de sentenças como “nós pega peixe” e “a gente pega o peixe”.

de modo que ele seja capaz de selecionar aqueles que abordem efetivamente a variação linguística, além de adequar a sua metodologia em prol de um ensino eficaz aos seus alunos.

3. Análise do livro didático e dos PPCS dos Cursos de Letras da UFG/RC

A abordagem dos fenômenos estudados pela Sociolinguística e a Linguística Histórica nos livros didáticos de LP e nos PPCs nos parece ser necessária, pois torna possível uma reflexão sobre a variabilidade da língua, desmitificando a ideologia da homogeneização da língua e enfatizando o caráter sócio-histórico da língua.

A seguir, apresentamos a análise do livro didático e dos PPCs dos Cursos de Letras da UFG-RC, para verificar como está sendo proposto o ensino da variação, principalmente na perspectiva diacrônica.

O livro didático de Língua Portuguesa que analisamos é bem recente e está de acordo com o PNLD 2017, 2018 e 2019. Intitula-se “Português Linguagens” e foi organizado por Cereja e Magalhães (2015), destinando-se ao 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental. Dessa maneira, abordaremos primeiro o livro didático, o qual se organiza em quatro (4) unidades com temáticas atuais, compostas cada uma por três (3) capítulos. Assim, destacamos alguns pontos mais relevantes para a discussão.

A referência aos conteúdos sobre variação linguística no material didático analisado é ínfima, pois não faz menção direta ou traz qualquer explicação sobre variação linguística, ainda mais na perspectiva diacrônica. No entanto, ao longo das atividades de compreensão textual, encontramos também questões isoladas relacionadas à variação linguística, como o exemplo a seguir: “6. Observe a linguagem empregada pelas personagens. Que tipo de variedade linguística predomina: uma variedade de acordo com a norma-padrão formal ou com a norma-padrão informal? Justifique.” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015. p. 21).

Assim, é requerido ao aluno que identifique e depois justifique a variação usada pelos personagens do texto, porém, observamos que as questões são vagas, pois não

há uma explicação prévia sobre o que são as normas mencionadas, subentendendo que os estudantes já saibam a diferença entre as duas. Nesse caso, como nossa análise restringiu-se ao livro do oitavo ano, não é possível saber se o tema já havia sido abordado nos livros didáticos das séries precedentes.

Faz-se aqui necessária uma intervenção na questão da delimitação conceitual do termo “norma-padrão formal e informal”. A Sociolinguística não utiliza comumente os termos formal e informal como subclassificações da norma-padrão, mas apenas norma-padrão, concebida como um modelo idealizado de língua, que não corresponde a nenhum uso efetivo de fala. Assim, para distinguir, por exemplo, as variedades que são usadas entre pessoas escolarizadas e não escolarizadas, Bagno (2007) faz uso dos termos variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas, respectivamente, apresentando-os como alternativas também ao termo norma culta, constantemente empregue na literatura sobre o assunto.

No capítulo 3, são introduzidos os estudos da resenha crítica e das vozes verbais, e assim como a atividade abordada acima, observamos o mesmo padrão de pergunta, a saber: “qual variação linguística o autor está usando?”, sem contudo qualquer explicação prévia sobre o assunto. No entanto, em uma das atividades do capítulo, os autores utilizaram uma notícia veiculada na internet para abordar a mudança da regência do verbo assistir em um contexto formal, como mostra a figura abaixo:

Figura 1 – Verbo assistir em reportagem do LD analisado.



Fonte: Cereja e Magalhães (2015, p. 66)

Na sequência ao texto acima, são propostos exercícios relacionados ao uso do verbo “assistir” na notícia. Apesar de as atividades não mencionarem explicitamente a variação e/ou a mudança linguística em si, é interessante a discussão que se faz do emprego do verbo no texto:

7. Apesar do verbo assistir, em muitas situações da língua oral e da língua escrita, já estar sendo empregado como transitivo direto, a gramática normativa e muitos dicionários ainda o classificam como verbo transitivo indireto quando apresenta o sentido de ver.

a) [...]. Se o jornalista quisesse escrever rigorosamente de acordo com a norma-padrão, como ficariam as duas frases observadas na questão anterior?

b) Você acha que, dado o uso atual do verbo assistir, com sentido de “ver”, as gramáticas deveriam rever a predicação desse verbo? (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 66)

Podemos notar que o uso do verbo assistir no texto analisado não segue as regras da norma-padrão, como a questão aborda, chamando a atenção do aluno para o fato de que a modificação da regência do verbo tem ocorrido tanto na língua oral como na língua escrita. Além disso, a pergunta da letra ‘b’ encaminha o aluno a

questionar as gramáticas sobre o uso atual do verbo, haja vista a mudança da transitividade do verbo até em textos mais monitorados, como o gênero notícia, o que consideramos um aspecto positivo, pois propicia uma reflexão sobre as mudanças efetivadas na língua e sobre o quanto elas demoram a ser incorporadas por instrumentos normatizadores da língua, como as gramáticas.

Outro tipo de questão comum no LD analisado solicita que o aluno verta frases de normas informais da língua para a norma-padrão. Para Dionísio (2005, p. 82), essa atividade “parece ser mais solicitada quando o assunto é VL⁵ ou apenas quando o texto empregado traz ocorrências de VL”. No entanto, ainda que a atividade possa levar o aluno a observar as diferenças entre as variedades, ela não favorece uma reflexão sobre a motivação destes fenômenos ou mesmo a valorização das distintas variedades linguísticas. Assim, o aluno subentende que a conversão de frases de uma norma da língua a outra é sinônimo de corrigi-las ou melhorá-las, o que só se alcança obedecendo-se aos padrões da norma padrão, contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico. Reforça-se, com isso, a crença de que certas formas de usar a língua são as únicas “corretas”, enquanto outras são consideradas como usos que “degeneram” a língua portuguesa.

Dessa maneira, consideramos que a questão serviria como momento profícuo para o professor trabalhar e refletir sobre a variação linguística, ainda mais na via diacrônica, pois evidencia que a língua está sujeita a mudanças. Isto faz com que o aluno compreenda que essas transformações são um processo recorrente na língua, e não variações aleatórias.

Ao final do LD, verificamos, ainda, a abordagem de recursos gráficos para a construção de sentidos no texto. Em um dos exemplos, foi trabalhada a expressão latina *sic*, em geral empregada entre parênteses ou colchetes com intuito de informar que um termo ou texto citado foi escrito igualmente como no original. Posto isso, os

⁵ Variação Linguística.

autores demonstraram como exemplo o trecho da crônica “O maior matrimônio do País é a educação”, do escritor Mario Prata, sobre algumas “pérolas do vestibular” de uma universidade federal, como mostra o exemplo seguinte: “Precisamos tirar as fendas (sic) dos olhos para enxergar com clareza o número de famigerados (sic) que almenta (sic).” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 238).

Assim, notamos que o foco do autor, ao usar a expressão *sic*, foi destacar as variantes presentes no trecho que estão em desacordo com a norma-padrão, como “fendas” em lugar de “vendas”; “famigerados” em vez de “famintos” e, por último, “almenta” em lugar de “aumenta”. Assim, o escritor se posiciona criticamente diante dos usos inadequados presentes nas redações de alunos, ou seja, dos desvios em torno das regras da norma-padrão. Todavia, a falta de explicações sobre por que acontecem essas variações, com as quais os alunos se identificam em suas práticas de escrita, desenvolve nestes a percepção de uma língua difícil e não representativa da norma usada pelos estudantes cotidianamente.

Nesse caso, percebemos a ênfase dada pelo LD e reforçada pelo meio jornalístico de modo geral em “erros” gráficos e/ou morfossintáticos, desconsiderando-se o conteúdo, a criticidade ou a junção de ideias nas dissertações dos estudantes. Isso tem origem em uma ideologia conservadora de língua, que só evidencia o certo e errado, ou adequado e inadequado sem a devida reflexão sobre o seu uso concreto. O tratamento dado ao tema no LD contribui, assim, para uma visão equivocada acerca das variações linguísticas.

Dessa maneira, o professor poderia desenvolver uma reflexão sobre as motivações que levaram os alunos a tais confusões, como por exemplo os processos morfológicos, a pouca familiaridade com os textos escritos devido à falta de hábito de leitura, como a troca da letra “l” pela “u” em “aumenta”, o que consideramos um desvio ortográfico pequeno que não compromete, na maioria das vezes, a qualidade do texto do aprendiz e não modifica o sentido do texto. Além disso, a expressão *sic*

poderia servir para abordar a variação diacrônica, destacando-se termos e frases que não são mais comuns na língua, mas que em outras épocas eram usadas com frequência entre os falantes, levando os alunos a refletirem e discutirem sobre estas variações a partir das suas experiências linguísticas junto aos seus familiares mais velhos e mais jovens dentro da sala de aula.

Posto isso, percebemos no livro didático uma abordagem ínfima sobre a variação linguística, uma vez que esse assunto é tratado sem nenhuma contextualização ou reflexão, geralmente inserido em perguntas isoladas sobre qual variedade está presente em determinado texto, muitas vezes com juízo de valor implícito contra os desvios da norma-padrão. Consideramos, principalmente, a ausência de questões relacionadas à linguística histórica no LD como algo desfavorável para o ensino da língua materna, dado que esse é um momento importante para que os estudantes compreendam o processo dinâmico da língua, para que assim não perpetuem atitudes discriminatórias em torno de algumas variantes linguísticas.

Diante dos problemas evidenciados acima, nota-se a importância da formação docente para lidar com os equívocos, omissões de conteúdos e outras possibilidades vislumbradas no livro didático. Nesse sentido, mostra-se pertinente a análise da estrutura curricular dos cursos de letras, a fim de verificar se ela possibilita o ensino de língua(gem) como fenômeno heterogêneo, histórico e variável, contribuindo com um processo de ensino-aprendizagem de LP na perspectiva abordada neste estudo.

Os projetos pedagógicos apresentam primeiramente aspectos básicos sobre os Cursos de Letras Português e Letras Português e Inglês, como estruturação, objetivos, princípios norteadores, expectativa para formação profissional e após isso o elenco de disciplinas. O elemento que distingue os PPCs é o elenco de disciplinas referentes à língua inglesa no caso do PPC do Curso de Letras Português e Inglês.

Inicialmente, observamos a concepção de linguagem, retirada da resolução CEPEC nº 329, de 28 de fevereiro de 1992, atualizada em 1997, – documento que fixava

o currículo pleno do curso de Letras –, que a concebe como capacidade complexa, apreendida por meio das diversas línguas e da literatura e, ao mesmo tempo, relacionada com processos cognitivos e simbólicos. Após uma breve explicação sobre o termo, são explicitados os princípios sobre a natureza da linguagem, dentre os quais destacamos o social, o cultural e o histórico. Portanto, os PPCs levam em conta os contextos de interação linguística, sem excluir as demais abordagens, observando-se aí uma visão da língua em seu real funcionamento, como elemento constitutivo das relações sociais.

Desse modo, os PPCs ressaltam que os diversos ingressantes nos cursos de letras devem basear-se na percepção de língua como prática social, bem como nas diversas formas de manifestações culturais. Além disso, espera-se que, ao final do curso, o aluno domine a língua no que concerne à sua estrutura e funcionamento, bem como possua senso crítico e capacidade analítica a respeito dos fenômenos da linguagem ditos anteriormente.

Poderíamos dizer que os PPCs de ambos os cursos evidenciam os aspectos históricos, sociais, cognitivos da língua(gem), assim como almejam a formação crítica dos futuros professores diante dos diversos contextos da linguagem. No entanto, devemos nos atentar a dois pontos, sendo que o primeiro refere-se ao que o texto considera como “domínio da língua”, uma vez que, de acordo com o documento, e muitas vezes repetido no decorrer do texto, a língua é identificada com a dita “norma culta”, termo carregado por forte conotação ideológica e preconceituosa.

Já o segundo trata da variação linguística. Observamos o uso de expressões como “ter consciência”, “reconhecimento” quando se trata deste tema, o que aparenta ser uma simples constatação da existência de variações na língua, mas que não envolve um questionamento crítico e reflexivo destas na formação do docente de LP. Acredita-se, contudo, que o professor deve valorizar as diferenças na sociedade, para que o mesmo ocorra nos diferentes usos orais e escritos da língua. Ou seja, além de

reconhecer, deve-se ter um olhar respeitoso e sensível às variações estigmatizadas, para futuramente trabalhar, em seu espaço de exercício da docência, o desenvolvimento teórico e crítico relacionado às questões sócio-históricas da língua.

Em geral, ambos os PPCs anseiam que os discentes desenvolvam sua competência crítica a respeito dos fatos linguísticos e da valorização das diferenças na sociedade no momento da sua práxis, o que também determinam as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, que afirmam ser “essencial [...] dar prioridade à abordagem intercultural [na sala de aula], que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 31, 2001, grifo nosso).

Nesse sentido, caberia aqui trazer uma reflexão sobre as variações que constituem a língua, objeto principal de estudo do curso, diante da estratificação cultural e linguística da sociedade. Partindo de uma realidade em sala de aula, na qual os alunos possuem falares e experiências linguísticas diferentes, o papel do professor seria desenvolver diálogos sobre o conhecimento linguístico que já possuem os estudantes e o saber teórico-crítico dos docentes, o que, segundo Mattos e Silva (2008), tornaria enriquecedor o ensino da língua, bem como deveria ser a motivação fundamental a ser usada para aprimorar o ensino de LP.

Para a consecução das finalidades dos cursos de Letras mencionados, previstas nos PPCs e salientadas acima, é fundamental que haja disciplinas voltadas para questões do âmbito da Linguística Histórica e da Sociolinguística. O quadro abaixo mostra as disciplinas cujas ementas e/ou referencial teórico abarcam, ainda que indiretamente, tais conteúdos:

Quadro 1 – Disciplinas que contemplam a perspectiva sócio-histórica da língua.

Disciplinas elencadas
Introdução aos estudos da linguagem
Fonética
Latim
Estudos do léxico

Fonologia do Português
Sociolinguística
Teorias linguísticas
Tópicos em sociolinguística
Latim 2
Linguística românica
Estudos diacrônicos do português
Linguística antropológica
Linguística histórica 1
Linguística histórica 2
Filologia portuguesa

Fonte: elaborado pelos autores.

As disciplinas acima estão vinculadas a ambos os cursos de Letras. Em termos quantitativos, o número de disciplinas que possuem caráter sócio-histórico nos PPCs é significativo, sendo um total de quinze (15), dentre as noventa e sete (97) oferecidas pelo Curso de Letras Português, e noventa e quatro (94) do Curso de Letras Português e Inglês. Devemos notar que algumas delas, por exemplo, “Introdução aos estudos da linguagem”, “Fonética”, “Fonologia do Português” e “Teorias linguísticas” foram elencadas por manterem em suas ementas e bibliografias básicas e/ou complementares assuntos consoantes à concepção de língua(gem) defendida neste trabalho.

Nesse sentido, sabendo que a língua portuguesa é um sistema complexo, o ensino de LP é dividido em disciplinas de naturezas obrigatórias e optativas, possibilitando ao graduando em Letras uma base comum e outra até certo ponto eletiva⁶, consoante às suas afinidades. Desse modo, cada disciplina acima possui um objetivo e uma importância específica para a formação do professor, a exemplo das listadas a seguir: i) Linguística Românica, a qual aborda a expansão e a diferenciação do Latim através de fatos políticos, econômicos e sociais; ii) Linguística Antropológica, que discute sobre a língua em diferentes contextos culturais; iii) Linguística Histórica

⁶ O aluno em questão pode escolher algumas das disciplinas de natureza específica dentre as que são ofertadas em cada semestre, respeitando-se os seus pré-requisitos, e outras lhes são obrigatórias durante o curso.

1 e 2, que investigam a LP e suas variações e mudanças na perspectiva diacrônica da língua; e iv) Sociolinguística, que estuda a teoria da mudança e variação a par da formação do professor, dentre outras.

Contudo, apenas cinco (05) das disciplinas elencadas nos PPCs analisados, quais sejam, Introdução aos estudos da linguagem, Fonética, Latim, Fonologia do Português e Sociolinguística, são de natureza obrigatória, sendo esta última, entretanto, de natureza optativa no PPC do Curso de Letras Português. Isso significa que há chances de os graduandos em Letras não cursarem esta disciplina de Sociolinguística ao longo da sua formação, o que consideramos grave, pois pode ocasionar uma atuação docente prescritivista diante dos fenômenos linguísticos encontrados em sala de aula. Já a disciplina de Fonologia do Português possui natureza obrigatória para o Curso de Letras Português e é optativa para o de Letras Português e Inglês e, portanto, também pode não integrar a grade dos alunos deste curso.

Ressaltamos que grande parte das disciplinas destinadas aos estudos gramaticais da língua, como a Sintaxe e Morfologia, são de natureza obrigatória aos alunos, evidenciando uma ênfase no estudo mais estrutural da língua. Em que pese a importância de cada uma delas para o ensino de LP, esperamos uma grade curricular em que haja a inserção das disciplinas elencadas no quadro acima como sendo obrigatórias ou até mesmo que sejam realmente ofertadas durante a graduação.

Pela questão do espaço limitado, não discutimos sobre a oferta das disciplinas referidas acima no decorrer dos cursos, pois é possível que haja disciplinas presentes nos PPCs que não apareçam como opções nas grades curriculares dos cursos a serem escolhidas pelos discentes durante a graduação. Entretanto, julgamos pertinente a quantidade de disciplinas que abordam a perspectiva sócio-histórica da língua, o que contribui para a criação de um ambiente de ensino da língua portuguesa que não penalize as variações estigmatizadas, através do conhecimento sociolinguístico e

diacrônico do professor, o qual seja, por sua vez, capaz de preencher as lacunas dos livros didáticos que ainda não possuem um suporte teórico-crítico para fazer jus ao estudo mais amplo e sócio-histórico da LP.

4. Considerações Finais

A presente discussão objetivou chamar a atenção para a necessidade de uma perspectiva sócio-histórica da língua no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, investigando algumas das possíveis motivações para os preconceitos linguísticos observados cotidianamente no ambiente escolar, a saber, a falta de um espaço maior às disciplinas desta natureza na formação do professor de LP e a carência de uma abordagem teórico-crítica mais efetiva das variações e da constituição histórica da língua nos LDs desta disciplina. Nesse sentido, analisamos um livro didático de oitavo ano da rede pública de ensino e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Letras da UFG-RC, para compreendermos como está sendo proposto o ensino referente a essas diretrizes da linguística.

Apesar de muitos anos após o surgimento de disciplinas como a Linguística Histórica e a Sociolinguística, o livro didático analisado ainda não apresenta um acompanhamento eficaz dos conhecimentos produzidos nestes campos; pelo contrário, reforça os discursos que circulam na imprensa midiática e pelo senso comum, que vão na contramão de uma compreensão de língua heterogênea e histórica. Dessa maneira, notamos que o estudo da variação linguística é abordado superficialmente através de perguntas isoladas, sem a devida contextualização, apenas para cumprir as diretrizes do PNLD.

Além disso, consideramos que a ausência de aspectos diacrônicos no livro didático de LP é algo negativo, pois é imprescindível aprender os aspectos sociais, políticos e, especialmente, históricos que motivam a variação e a mudança linguística,

de modo a se ter uma compreensão mais ampla dos fatores que levam a certos padrões na LP.

Os PPCs dos Cursos de Letras evidenciaram uma quantidade razoável de disciplinas referentes aos estudos sociais e históricos da língua, que certamente auxiliariam os professores de LP a desenvolverem um senso crítico e sensível diante dos diversos fatores extralinguísticos que subjazem ao funcionamento da língua, se fossem ofertadas regularmente ao longo das graduações em questão. Apesar disso, apresentam uma concepção da língua(gem) como prática social, bem como propõem uma formação crítica do aluno a respeito da valorização das diferenças sociais e culturais dentro da sala de aula, o que ajuda a diminuir a perpetuação do preconceito linguístico diante das produções orais e escritas de alunos, principalmente, àqueles que utilizam as normas estigmatizadas pela sociedade.

Ao realizar esse estudo, defendemos a ideia de que o ensino-aprendizagem de LP não pode furtar-se ao seu caráter histórico e social, razão pela qual cremos ser necessário uma abordagem efetiva de reflexões oriundas da Linguística Histórica e da Sociolinguística referentes à língua como um objeto dinâmico, mutável e heterogêneo tanto na formação do professor quanto nos LDs. Isso porque concebê-la desse modo auxilia em uma prática de ensino de LP mais adequada, a qual leva também em consideração a língua em seu real funcionamento.

Referências Bibliográficas

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 238 p.

BARROS, M. C.de A. História da língua/ ensino da língua. [Editorial] **Línguas e Literaturas**, v. XIV, p. 81-99, 1997. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2750.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. A variação linguística em sala de aula. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 37-45.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de Letras**. Parecer CNE/CES 492/2001. 2001

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. **Guia de livros didáticos: ensino fundamental anos finais**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017: língua portuguesa – Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016. p. 98.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português linguagens – 8º ano**. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva. 2015.

COELHO, B. J. Norma Lingüística. *In*: COELHO, B. J. **A comunicação verbal e suas implicações didático-pedagógicas**. 3. ed. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. p. 67-82.

CORESIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1979.

DIONISIO, A. P. Variedades Linguísticas: Avanços e Entraves. *In*: DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 75- 88.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LABOV, W.. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008

MATTOS E SILVA, R. V. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. *In*: AZEREDO, J. C. de (org.). **Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. 5. ed. Petrópolis – Rio de Janeiro, 2008, p. 19-31.

MONTEIRO, C. L. da C. **A importância do estudo de História da Língua Portuguesa no curso de Letras**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_0530af808d855983f14dd8464ffab319. Acesso em: 05 nov. 2017.

PAGOTTO, E. G. Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. **Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas: Pontes, n. 2, p. 49-68, 1998. Disponível em: <https://ead.ufsc.br/portugues/files/2013/11/Livro.pdf>.

SALZANO, J. T. Análise de um livro didático em língua portuguesa. **Integração**, n. 42, p. 285-295, jul/set, 2004.

SILVA, D. E. G. da. **Percursos filológicos: nas trilhas das línguas românicas**. Goiânia: Cànone Editorial, 2008.

SILVEIRA, A. C. da *et al.* Em terreno minado: incoerências e conflitos ideológico nos dizeres científicos e midiáticos sobre a norma do português brasileiro. *In*: FREITAG, R. M. Ko; SEVERO, C. G. GÖRSKI, E. M. (org.). **Sociolinguística e Políticas Linguísticas: olhares contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 205-222. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/sociolinguistica-e-politica-linguistica-1202>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Artigo recebido em: 27.04.2018

Artigo aprovado em: 07.08.2018